

DISCUSSÕES METAFÍSICAS NA MODERNIDADE: PROVAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS NA FILOSOFIA DO CONHECIMENTO DE DESCARTES E KANT

Daniel Richardson de Carvalho Sena*

Resumo: As questões metafísicas dominaram as discussões filosóficas até a modernidade. Durante o período medieval, a filosofia esteve sob a tutela de ideias religiosas e a metafísica foi dividida em três campos de estudo: Psicologia Racional, Cosmologia Racional e Teologia Racional. Com a modernidade, problemas como a capacidade humana de conhecer, os limites do conhecimento humano e demandas metodológicas ligadas à ciência passam a dar a tônica da reflexão filosófica. Entretanto, algumas discussões de natureza metafísica e religiosa ainda estavam presentes neste período, como a possibilidade de se provar a existência de Deus. René Descartes e Immanuel Kant, dois filósofos modernos, apresentam pontos de vista bastante distintos sobre essa questão. Para Descartes, a existência de Deus é um fato que pode ser provado racionalmente, já para Kant, a existência de Deus não consistia numa questão de conhecimento, mas em um problema metafísico. E questões metafísicas ultrapassam a capacidade humana de conhecer.

Palavras-chave: Existência de Deus. Conhecimento. Razão. Metafísica.

Metaphysical Discussions In Modernity: Evidences Of The Existence Of God In The Philosophy Of Knowledge Of Descartes And Kant

Abstract: Metaphysical inquiries prevailed the philosophical discussions until the modernity. During the medieval period, philosophy was involved in religious ideas and metaphysics was divided into three areas of study: Rational Psychology, Rational Cosmology and Rational Theology. Through modernity, problems such as the human capacity to know, the limits of human knowledge and methodological demands associated with science present the direction of philosophical reflection. However, some discussions of metaphysical and religious conceptions were still present in this period, such as the possibility of proving the existence of God. René Descartes and Immanuel Kant, two modern philosophers, present quite different points of view on this subject. For Descartes, the existence of God is a fact that can be proved rationally, for Kant, on the other side, the existence of God did not consist in a matter of knowledge, but in a metaphysical problem. And metaphysical inquiries go beyond the human capacity to know.

Keywords: Existence of God. Knowledge. Reason. Metaphysics.

* Graduado em Filosofia e em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). Professor de Filosofia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM. E-mail: daniel.sena@ifam.edu.br.

Introdução

Os assuntos religiosos incontestavelmente dominaram a maior parte das discussões filosóficas na Idade Média, havendo um predomínio da especulação metafísica. Entretanto, com a chegada da Modernidade os argumentos metafísicos perdem o protagonismo, dando lugar a questionamentos de ordem gnosiológica. Problemas como a capacidade humana de conhecer, os limites do conhecimento humano e demandas metodológicas ligadas à ciência regem a tônica da investigação neste período.

Porém, temas de natureza religiosa ainda despertam atenção no pensamento moderno. Questões como a prova da existência de Deus continuam a permear os debates filosóficos. René Descartes e Immanuel Kant, dois filósofos modernos, apresentam pontos de vista bastante distintos sobre essa temática em suas especulações de natureza cognoscitiva.

Nesse sentido, o objetivo central deste texto consiste em apresentar os fundamentos dos respectivos autores sobre a questão da prova da existência de Deus na filosofia do conhecimento. Para isso, esse escrito descreverá o itinerário da metafísica até a modernidade, mostrará os argumentos cartesianos sobre a importância de um método que possibilite um conhecimento verdadeiro e analisará o processo pelo qual Descartes reconstrói a metafísica clássica, demonstrando racionalmente a essência da alma humana, a existência de Deus e a natureza do mundo físico. Após isso, seguirá o itinerário da obra *Crítica da Razão Pura*, onde Kant descreve como se dá o processo do conhecimento humano e estabelece seu alcance. Por fim, buscar-se-á compreender como o filósofo de Königsberg delimita as pretensões da metafísica e defende que a existência de Deus não consiste numa questão de conhecimento.

1 Um breve relato do caminho percorrido pela metafísica, de seus primórdios à modernidade

Entende-se por metafísica como sendo o estudo do Ser, da(s) essência (s). A palavra Ser corresponde ao que existe de verdade, ao que possui realidade, portanto, ao Real. Segundo Abbagnanno (1998), a metafísica é a Ciência Primeira, pois tem como objeto o objeto de todas as outras ciências, e como princípio um princípio que condiciona a validade de todos os outros.

A Filosofia em seus primórdios, sob a égide da especulação dos filósofos cosmológicos (ou pré-socráticos), buscava desvelar o Ser do mundo através da existência de um (ou mais de um) elemento(s) originário (s) chamado de Arkhé, que se encontrava(m)

imerso(s) na própria natureza, chamada de *Physis*. A metafísica cosmológica, portanto, possuía o caráter de imanência, pois procurava encontrar a essência do Ser no próprio mundo natural.

Algum tempo depois, Platão constrói uma visão dualista da realidade, propondo a existência de duas instâncias para o Real: o mundo sensível e o mundo inteligível. O mesmo transpôs a especulação metafísica para uma realidade inteligível, separada do mundo sensível. É a sua “Teoria das Formas”, onde o Ser das coisas, a essência, se encontra nas ideias de cada coisa, sendo impossível captá-las por meios dos sentidos, mas apenas por meio da razão. Trata-se de uma metafísica transcendente.

Aristóteles, discípulo de Platão, pensava de forma diferente de seu mestre. Para este filósofo, existe apenas uma realidade e é nesta realidade única que se deve encontrar a essência do Ser ou dos seres. A análise do Ser para Aristóteles era função da Filosofia Primeira (posteriormente chamada de Metafísica). Para que essa empreitada tivesse êxito, seria necessário analisar o Ser em seus múltiplos aspectos: as causas do Ser, as categorias do Ser, o Ser como potência e como ato, o Ser como matéria e forma e o Ser suprassensível.

Os estudos de Aristóteles foram importantíssimos para o desenvolvimento da ciência na antiguidade e também na Idade Média. Suas explicações sobre o mundo físico, sua lógica e seu método de construção do conhecimento se constituíram como um dos principais paradigmas da ciência durante muito tempo. Esse modelo aristotélico possuía um caráter predominantemente contemplativo, que valorizava os saberes teóricos, especialmente os ligados à metafísica.

Posteriormente, com a chegada do Cristianismo, se constrói uma visão de mundo que tem por objetivo principal conciliar a razão à fé. Nesse percurso, o sistema metafísico cristão, em sua construção, mantém contato com outras tradições que ajudarão a elaborar suas bases: o neoplatonismo, o estoicismo e o gnosticismo. Apenas um tempo depois a tradição cristã incorpora as ideias de Platão e Aristóteles, que são protagonistas nos dois períodos da Filosofia Cristã, a Patrística e a Escolástica, respectivamente.

Durante o período em que a filosofia esteve sob a tutela de ideias religiosas, a metafísica foi dividida em campos de estudo. Assim, a metafísica medieval é tradicionalmente dividida em três partes: Psicologia Racional, que trata do Ser como essência da alma humana; Cosmologia Racional, que aborda o Ser como essência natureza ou do mundo; e a Teologia Racional, que se refere ao Ser divino ou Substância divina. Essa divisão, entretanto, nunca foi consenso entre os pensadores cristãos, porém chega até a modernidade suscitando interesse filosófico.

A partir do século XVI e com maior amplitude no século XVII, o pensamento ocidental passa por uma considerável mudança em relação ao seu campo de estudo. Diversos formam os fatores históricos que influenciaram direta ou indiretamente essa transição, como a longa passagem do feudalismo ao capitalismo, a abertura do comércio para o mundo e o desenvolvimento da indústria, entre outros. Pereira e Giola afirmam que seguindo a trilha dos pensadores que se sobressaíram neste período de transição, aos poucos...

[...] foi se firmando um novo conhecimento, uma nova ciência, que buscava leis, e leis naturais, que permitissem a compreensão do universo. Essa nova ciência – a ciência moderna – surgiu com o surgimento do capitalismo e a ascensão da burguesia, e de tudo o que está associado a esse fato: o renascimento do comércio e o crescimento das cidades, as grandes navegações, a exploração colonial, o absolutismo, as alterações por que passou o sistema produtivo, a divisão do trabalho (com o surgimento do trabalho parcelar), a destruição da visão de mundo própria do feudalismo, a preocupação com o desenvolvimento técnico, a Reforma, a Contrarreforma. A partir de então, estava aberto o caminho para o acelerado desenvolvimento que a ciência viria a ter nos períodos seguintes (PEREIRA E GIOLA, 2014, p. 178).

O progresso econômico em virtude do intercâmbio comercial com outros países e o desenvolvimento da indústria, também foram importantes nesse processo. Esses fatores em conjunto contribuíram para uma maior especulação em torno da capacidade humana de conhecer e do conhecimento científico aplicado, diferentemente do pensamento antigo e do medieval, onde prevalecia uma valorização de questões metafísicas e contemplativas. Assim, a chegada da modernidade culmina com o desenvolvimento das ciências, principalmente as experimentais e a busca por um método seguro, colocando as especulações de ordem metafísica em segundo plano.

2 Descartes e a prova da existência de Deus por meio da razão

Renê Descartes (1596-1650) é considerado o pai da Filosofia Moderna, pois desenvolve uma doutrina onde a capacidade de conhecer e o valor do conhecimento humano vêm antes de qualquer questionamento de outra natureza. Descartes também é visto como um dos maiores expoentes da corrente racionalista na história da filosofia e, por conseguinte, crê que a razão seja a forma primordial para se chegar ao conhecimento da verdade e até de se provar a existência de Deus. Porém, para demonstrar a existência de um Ser supremo no pensamento cartesiano é importante antes seguir seu itinerário na busca por conhecimentos seguros.

A preocupação com a questão do conhecimento humano está imbricada a uma das mais importantes características do pensamento de Descartes: a preocupação com o método. Apesar do estudo do conhecimento ser a tônica de seu pensamento, é necessário desenvolver um método adequado para o desenvolvimento desse estudo. Descartes pondera que grande parte dos equívocos no campo do conhecimento decorre da aplicação de métodos inadequados e propõe um bastante simples, composto apenas de quatro preceitos:

O primeiro era o de nunca aceitar algo como verdadeiro que eu não conhecesse claramente como tal; ou seja, evitar cuidadosamente a pressa e a prevenção, e de nada fazer constar em meus juízos que não se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito que eu não tivesse motivo algum e duvidar dele. O segundo, o de repartir cada uma das dificuldades que eu analisasse em tantas parcelas quanto fossem possíveis e necessárias a fim de melhor solucioná-las. O terceiro, o de conduzir por ordem os meus pensamentos, iniciando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-me, aos poucos, como galgando degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e presumindo até mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros. E o último, o de efetuar em toda parte relações metódicas tão complexas e revisões tão gerais nas quais eu tivesse a certeza de nada omitir (DESCARTES, 2000, p. 49-50).

Após construir, segundo seu pensamento, um método seguro, Descartes busca encontrar um fundamento sólido para edificar sua filosofia e para assegurar um conhecimento confiável. Para isso, elege o caminho da dúvida como o percurso mais adequado a essa empreitada.

Havia bastante tempo observara que, no que concerne aos costumes, é às vezes preciso seguir opiniões, que sabemos muito duvidosas, como se não admitissem dúvidas, [...] porém, por dedicar-me apenas à pesquisa da verdade, achei que deveria agir exatamente ao contrário, e rejeitar como totalmente falso tudo aquilo que pudesse supor a menos dúvida, com o intuito de ver se, depois disso, não restaria algo em meu crédito que fosse completamente incontestável (DESCARTES, 2000, p. 61).

A dúvida, porém, tem por objetivo encontrar um fundamento seguro para a construção de um conhecimento inabalável. Desse modo, o uso da dúvida será apenas um meio para se chegar a uma verdade sólida e não uma força motriz cética que rejeita tudo. Assim, utilizando a dúvida de forma metódica, Descartes põe em xeque o conhecimento dado pelos sentidos, como está expresso em suas *Meditações*:

Até o momento presente, tudo o que considere mais verdadeiro e certo, aprendi-o dos sentidos ou por intermédio dos sentidos; mas às vezes me dei conta que esses sentidos eram falazes, e a cautela manda jamais confiar totalmente em quem já nos enganou uma vez (DESCARTES, 2004, p. 250).

Descartes coloca em dúvida tudo, desde as coisas mais simples e evidentes. Chega a dizer até mesmo que o que experimentamos acordados podemos perfeitamente experimentar dormindo, de forma onírica, e que não possuímos critérios para situar quando estamos acordados ou quando dormimos. Afirma ainda que poderia muito bem existir algum gênio maligno capaz de nos confundir, fazendo com que nos enganemos em nossos pensamentos sobre o que é ou não real. Dessa forma, a dúvida já se estabelece em todos os nossos saberes e em nossas certezas. Porém, depois de pôr todos os conhecimentos sob o crivo da dúvida, Descartes encontra a pedra de toque de seu sistema filosófico, uma certeza indubitável: o *Cogito*.

[...] percebi que, ao mesmo tempo que eu queria pensar que tudo era falso, fazia-se necessário que eu, que pensava fosse alguma coisa. E ao notar essa verdade: eu penso, logo existo, era tão sólida e tão correta que as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de lhe causar abalo, julguei que podia considerá-la, sem escrúpulo algum, o primeiro princípio da filosofia que eu procurava (DESCARTES, 2000, p. 62).

A descoberta do cogito garante, segundo Descartes, a certeza de que ele é um ser pensante, e que pelo fato de pensar, independentemente do conteúdo dos próprios pensamentos, incontestavelmente existe. A existência provada por esse argumento, portanto é a existência do pensamento, não de uma realidade distinta dele. O pensamento seria algo que existe por si, autônomo frente à realidade do corpo. Eis o processo pelo qual Descartes chega a essa certeza fundamental:

[...] ao analisar com atenção o que eu era, e vendo que podia presumir que não possuía corpo algum e que não havia mundo algum, ou lugar onde eu existisse, mas que nem por isso podia supor que não existia; e que, ao contrário, pelo fato mesmo de eu pensar em duvidar da verdade das outras coisas, resultava com bastante evidencia e certeza que eu existia; ao passo que, se somente tivesse parado de pensar, apesar de que tudo o mais que alguma vez imaginara fosse verdadeiro, já não teria razão alguma de acreditar que eu tivesse existido; compreendi, então, que eu era uma substância cuja essência ou natureza consiste apenas no pensar, e que, para ser, não necessita de lugar algum, nem depende de qualquer coisa material. De maneira que esse eu, ou seja, alma, por causa da qual sou o que sou, é completamente distinta do corpo e, também, que é mais fácil de conhecer do que ele, e, mesmo que este nada fosse, ela não deixaria de ser tudo o que é (DESCARTES, 2000, p. 62).

Depois de encontrar sua primeira verdade irrefutável, o Cogito, e estabelecer que o homem é essencialmente pensamento, Descartes parte para sua segunda certeza: a existência de Deus. Essa certeza se dá por meio do argumento da perfeição e deverá ser buscada não no mundo exterior, mas dentro do próprio homem:

Depois, havendo refletido a respeito daquilo que eu duvidava, e que, por conseguinte, meu ser não era totalmente perfeito, pois via claramente que o conhecer era perfeição maior do que o duvidar, decidi procurar de onde aprendera a pensar em algo mais perfeito que eu era; e descobri, com evidencia, que deveria ser de alguma natureza que fosse realmente mais perfeita (...) visto que não é menos repulsiva a ideia e que o mais perfeito seja uma consequência e uma dependência do menos perfeito do que a de admitir que do nada se origina alguma coisa, eu não podia tirá-la tampouco de mim próprio. De maneira que restava somente que tivesse sido colocada em mim por uma natureza que fosse de fato perfeita do que a minha, e que possuísse todas as perfeições de que eu poderia ter alguma ideia, ou seja, para dizê-lo numa só palavra, que fosse Deus (DESCARTES, 2000, p. 63-64).

Além do atributo da perfeição, Descartes atesta que Deus também é uma substância infinita. Desse modo a existência de Deus também pode racionalmente ser provada, pois a ideia de infinito não poderia ser um produto da mente de um ser finito, como o homem.

Pelo nome de Deus entendo uma substância infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipotente e pela qual eu próprio e todas as coisas que são (...) foram criadas e produzidas. Ora, essas vantagens são tão grandes e tão importantes que, quanto mais cuidadosamente as considero, menos me convenço de que essa ideia possa haver-se originado apenas de mim. E, portanto, é necessário obrigatoriamente concluir, de tudo o que foi dito antes, que Deus existe, porque, mesmo que a ideia de substância esteja em mim, pelo fato de ser eu uma substância, não teria a ideia de uma substância infinita, eu que sou um ser finito, se ela não tivesse sido colocada em mim por alguma substância que fosse de fato infinita (DESCARTES, 2004, p. 281).

Se Deus é um Ser de fato perfeito e infinito, deverá também possuir a perfeição da existência, caso contrário lhe faltaria algo para ser perfeito. Por conseguinte, Ele existe. Esse argumento é conhecido como Prova ontológica. A prova ontológica da existência de Deus, entretanto, possui origem no pensamento do filósofo e monge Beneditino Anselmo de Aosta (1022-1109), também conhecido como Santo Anselmo. Auxiliado por tal argumento Descartes afirma que:

[...] eu percebia muito bem que, ao imaginar um triângulo, fazia-se necessário que seus três ângulos fossem iguais a dois retos, porém, malgrado isso, nada via que garantisse existir no mundo qualquer triângulo. Enquanto, ao voltar a examinar a ideia de que eu tinha um Ser perfeito, verificava que a existência estava aí inclusa, da mesma maneira que na de um triângulo está incluso em seus três ângulos iguais a dois retos, ou na de uma esfera serem todas as suas partes igualmente distantes de seu centro, ou ainda mais evidentemente; e que, por conseguinte, é pelo menos tão certo que Deus, que é esse Ser perfeito, é ou existe quanto seria qualquer demonstração de geometria (DESCARTES, 2000, p. 65).

Por meio da prova da existência de Deus, Descartes fundamenta a possibilidade de um conhecimento verdadeiro, ao qual se tem acesso por meio da razão. A certeza da existência de Deus é derivada do cogito, a primeira verdade composta pelos critérios de clareza e distinção.

Deus é quem avaliza o cogito e o cogito é quem avaliza Deus, pois o cogito não é uma ideia adventícia (que tem origem nos sentidos), nem fictícia (fruto da imaginação), mas uma ideia inata, verdadeira, pois é fruto da razão e impressa no homem por Deus.

Provada a existência de Deus, Descartes ainda afirma ser possível demonstrar a existência do mundo físico através da aplicação de seu método e das propriedades de clareza e distinção. Descartes afirma que as coisas materiais podem existir “*na medida em que são consideradas objeto de demonstração da geometria, já que, deste modo eu as concebo muito clara e distintamente*” (DESCARTES, 2004, p. 313).

A ideia de extensão seria a propriedade essencial do mundo material, pois essa ideia nos chega com clareza e distinção através das faculdades sensoriais. Descartes acrescenta ainda a ideia de movimento, como constitutiva do mundo físico. Porém, é a existência de Deus que constitui a ponte entre o pensamento e a realidade, pois se Deus existe, o mundo por Ele criado também existe e, sendo Ele perfeito, não nos enganaria. Destarte, o mundo físico existe de fato.

Após a exposição desse itinerário é possível compreender como Descartes arquiteta seu sistema filosófico através de um método que dá ênfase à razão em detrimento dos sentidos e reconstrói racionalmente a metafísica clássica, concedendo à razão humana a capacidade de conhecer seus elementos.

3 Kant e a sua crítica à razão

Immanuel Kant (1724-1804) possui um posicionamento diferente de Descartes sobre a possibilidade de se provar a existência de Deus. Para compreendermos tal posicionamento será necessário seguirmos o percurso da obra *Crítica da Razão Pura*.

Kant foi contemporâneo do movimento cultural europeu conhecido por “Iluminismo”. Segundo Abbagnano, uma das principais características desse período era a ênfase no poder crítico da razão. Neste contexto podemos colocar a crítica como um dos ideais deste tempo, pois “*ela constituía a aspiração fundamental dos iluministas*” (ABBAGNANO, 1998, p. 223).

Instigado pelas ideias do filósofo escocês David Hume, Kant pôs em dúvida a capacidade humana de se atingir certezas absolutas. Desse modo erigiu o projeto da *Crítica*, isto é, uma forma de submeter o conhecimento humano a uma análise, visando determinar seu uso legítimo. Nas palavras de Kant (KANT, 2001) esse projeto significava a construção de

um tribunal capaz de assegurar as pretensões legítimas da razão e de condenar todas as suas pretensões infundadas.

Kant afirma que a estrutura cognitiva humana, por meio de informações dadas pelos sentidos, se sujeita a uma atividade conceitual *a priori* do entendimento, sendo que, seu uso legítimo limita-se ao que pode ser intuído sensorialmente. Entretanto, qualquer intento ou aplicação fora deste limite sensível será sempre ilícito.

Conforme Kant (KANT, 1983) existem duas vias do conhecimento humano: a sensibilidade e o entendimento. Pela primeira os objetos nos são dados, pela segunda, são pensados. O ponto de partida para a análise do conhecimento humano está na sensibilidade. Na primeira parte da Crítica da Razão Pura, chamada Estética Transcendental, Kant analisa tal faculdade, a sensibilidade, ou seja, avalia como corre a captação passiva dos objetos por meio dos sentidos.

Nesta faculdade, existem duas formas de intuições puras, o espaço e o tempo. Elas são fundamentais e indispensáveis à intuição sensível. Kant as chama de intuições puras, pois apesar de serem condições da sensibilidade, não estão no mundo, mas fazem parte da estrutura cognitiva humana. Espaço e tempo são condições para o conhecimento humano. O espaço é a forma da percepção externa e o tempo é a formada percepção interna.

Porém, apenas com as formas *a priori* da sensibilidade não é possível se chegar a qualquer conhecimento. É preciso que os dados intuídos sejam sintetizados por outra faculdade. Esse outro ramo do conhecimento humano é o entendimento, originário do intelecto. A sensibilidade nos dá os objetos, enquanto o entendimento pensa-os por meio de ações do pensamento puro, os conceitos.

Na segunda parte da Crítica da Razão Pura, chamada Lógica Transcendental, é descrito o processo de pensar as intuições. Kant crê na existência de formas *a priori* no entendimento, semelhante ao que ocorre na sensibilidade, e também num modo de pensar os objetos que possibilite determinar a validade objetiva dos conhecimentos, embora independente delas.

As formas *a priori* do entendimento são as categorias. As categorias possuem um número de doze, dispostas em quatro grupos de três: Categorias de Quantidade (Unidade, Pluralidade e Totalidade), Categorias de Qualidade (Realidade, Negação e Limitação), Categorias de Relação (Inerência e Substância, Causalidade e dependência e Comunidade) e Categorias de Modalidade (Possibilidade/Impossibilidade, Existência/Não Ser e Necessidade/Contingência).

Após expor sua tábua de categorias, Kant demonstra a legitimidade da mesma por meio da dedução transcendental: “*denomino dedução transcendental de conceitos, a explicação da maneira como estes podem se referir a priori a objetos*” (KANT, 1983, P 79). Kant almeja evidenciar como a intuição sensível aceita as formas a priori, ou seja, a explicação de como conceitos que não nascem da experiência se aplicarão a ela.

O espaço e o tempo se aplicam em relação ao objeto dado à intuição de forma diferente dos conceitos. Devido apenas ser possível algo se dar por meio das intuições espaço-temporais, só se perceberá algo espacializado, e também isso só ocorrerá no tempo. Já o entendimento não possui nenhuma ligação com os objetos da intuição. Então como irá aplicar-se a eles? Kant explica que para um objeto fazer parte da experiência ele não carece apenas ser intuído, mas pensado. Enquanto dados à intuição os objetos são apenas fenômenos. Para intuir os objetos, as categorias não são necessárias, mas são imprescindíveis para pensá-los.

Sendo a Lógica Transcendental uma ciência do entendimento, Kant irá dividi-la em duas partes: *a Analítica Transcendental e a Dialética Transcendental*, semelhante à divisão da Lógica de Aristóteles. Na primeira, Kant aborda a exposição dos elementos do conhecimento puro do entendimento, enquanto, que, na segunda refere-se à ilusão da razão que pretende possuir conhecimentos de realidades fora dos limites possíveis da experiência. A Analítica será, portanto, uma “lógica da verdade”, enquanto a dialética será “uma lógica da ilusão”.

A estrutura cognitiva humana, por meio de informações dadas pelos sentidos, se sujeita a uma atividade conceitual *a priori* do entendimento, sendo que, seu uso legítimo limita-se ao que pode ser intuído sensorialmente. Tudo que o entendimento realiza terá como finalidade o uso empírico, ou seja, o conhecimento sempre será fenomênico.

O entendimento só poderá fazer dos seus princípios a priori ou de todos os seus conceitos um uso empírico e jamais um uso transcendental (...). O uso transcendental de um conceito, em qualquer princípio, consiste no fato de ser referido a coisas em geral e em si mesmas; o uso empírico, porém, consiste em ser referido meramente a fenômenos, isto é, a objetos de uma experiência possível (KANT, 1983, P. 155).

A segunda parte da Lógica Transcendental, intitulada *Dialética Transcendental*, se reporta às pretensões de conhecimento que vão além da experiência possível. Para Kant, o conhecimento humano possui seu limite na experiência, porém existe uma tendência natural, uma necessidade do espírito em ir adiante. Quando isso ocorre, o entendimento cai

inevitavelmente no erro. Segundo Kant (KANT, 1983), a Dialética Transcendental seria uma crítica do intelecto e da razão sobre seu uso além do que é físico, que visa descobrir a falsa aparência de presunções infundadas.

Kant nega a chamada metafísica “dogmática” de Leibniz e Wolf, que pretendia chegar a verdades absolutas por meio de representações impossíveis de serem atingidas pelos sentidos. Apenas é possível haver conhecimento mediante as intuições sensíveis, combinadas com o entendimento humano. Para Kant a metafísica poderá existir como uma especulação das condições universais e necessárias do conhecimento. Ele a define como sendo “*um estudo das formas ou princípios cognitivos, que por serem atributos da razão humana, condicionam todo o saber científico, e possibilitariam um exame dos princípios gerais de toda a ciência*” (ABBAGNANO, 1999, p. 665). Desse modo, Kant distingue sua concepção de metafísica da chamada metafísica dogmática, a qual, segundo ele, não trazia nenhum progresso para o conhecimento.

Os objetos dos quais se ocupa a Dialética Transcendental são as ideias de Alma, Mundo e Deus, os temas dos quais se ocupa a metafísica. O conhecimento destes temas constitui uma ilusão, pois a razão conduz o entendimento a usar suas categorias para além da experiência possível. Conforme Abbagnano, “*a ideia de Alma é fruto de um paralogismo, a ideia de Mundo mostra sua ilegitimidade ao dar lugar a antinomias sem solução e a ideia de Deus é indemonstrável*” (ABBAGNANO, 1998, p. 271).

A ideia de alma, referente à Psicologia Racional, busca conhecer a natureza do sujeito humano. O homem tem consciência de si mesmo como um ser pensante, mas não conhece de fato sua essência. Explica Kant que a Psicologia Racional tem origem num equívoco:

A unidade da consciência que subjaz às categorias é tomada aqui por uma intuição do sujeito enquanto objeto, aplicando-se-lhe a categoria da Substância. A unidade da consciência, todavia é somente a unidade do pensamento, pelo qual não é dado nenhum objeto e à qual, portanto não pode ser aplicada a categoria de Substância que pressupõe sempre uma intuição dada; tal sujeito, por conseguinte, não pode absolutamente ser conhecido. O sujeito das categorias pelo fato de pensá-las não pode, portanto, obter um conceito de si mesmo como um objeto das categorias. Com efeito, para pensar estas o sujeito precisará pôr a fundamento a própria autoconsciência, que ao invés deveria ser explicada (KANT, 1983, p. 209).

A ideia de mundo, referente à Cosmologia Racional, é confrontada por meio da apresentação das Antinomias da razão. Gianfaldoni e Micheletto apresentam de forma clara como a razão busca empregar suas categorias para além da experiência:

A partir da categoria de quantidade, a razão coloca o problema da grandeza do mundo no espaço e no tempo, ou seja, se ele é finito ou infinito. A partir da categoria de qualidade, coloca-se o problema da composição da matéria no espaço, ou seja, se o mundo é composto de partes simples ou nenhuma coisa é composta de partes simples. A partir da categoria de ralação, problematiza as causas do mundo, se é possível supor causas que não tenham causas e que, portanto, envolvem a liberdade, ou não existe liberdade e tudo no mundo acontece segundo leis naturais. A partir da categoria de modalidade, questiona-se se o mundo implica um ser absolutamente necessário como sua causa, ou se não necessita de nenhum ser, nem pertence ao mundo, nem externo a ele como sua causa (GIANFALDONI, MICHELETTO, 2014, p.354-355).

A terceira ideia da Razão é Deus, tratada na Teologia Racional. Essa ideia incide na existência de um Ser incondicionado, porém, condição para todas as coisas. Kant atesta que a mesma, mais que uma ideia, consiste em um “ideal” da razão. Este ideal seria uma espécie de forma ou de vida não realizada, mas idealizada pelo ser humano. Kant expressa nitidamente a distinção entre ideia e ideal:

O sábio, porém, é um ideal, isto é, um homem que existe meramente no pensamento, mas que é inteiramente congruente com a ideia de sabedoria. Do mesmo modo como a ideia fornece a regra, o ideal serve em tal caso de arquétipo para a determinação completa da cópia; e nós não possuímos outra medida orientadora de nossas ações senão o comportamento desse homem divino em nós, com o qual nos comparamos, nos julgamos e pelo qual nos tornamos melhores, se bem que ninguém jamais possa alcançá-lo (KANT, 1983, p. 287).

Tal ideal é uma exigência da razão para seguir um modelo que jamais poderá ser alcançado, pois a razão não pode deixar de se elevar até esse ideal. Essa ideia oriunda da razão, porém, deixa o homem em “*completa ignorância acerca da existência de um ente de tão excepcional preeminência*” (KANT, 1983, p. 291). É justamente a existência de um Ser divino que a Teologia Racional busca demonstrar por meio da análise das “provas” elaboradas pela metafísica: a prova ontológica, a prova cosmológica e a prova físico teológica.

A primeira prova da existência de Deus, chamada de “prova ontológica” é a mesma formulada por Santo Anselmo e retomada posteriormente por Descartes e Leibniz. Ela parte do pressuposto de Deus como absoluta perfeição, o que deduz sua existência.

Esse caminho sustenta que da possibilidade de um conceito ser verdadeiro seria possível deduzir a existência real deste objeto. Porém, uma ideia não nos dá a possibilidade de realmente comprovar a existência dessa possibilidade, apenas a experiência:

[...] o real nada mais contém que simplesmente o possível. Cem táleres reais nada mais contém que cem táleres possíveis. Com efeito, visto que esses significam conceitos, aqueles porém o objeto e a sua posição em si mesma, no caso de este conter mais que aquele o meu conceito não representaria o objeto inteiro, e, por conseguinte, também não seria o seu conceito adequado. Mas para o estado de minhas posses há mais em cem táleres reais que no simples conceito deles (isto é, na sua possibilidade. Com efeito, na realidade o objeto o objeto não está apenas contido analiticamente no meu conceito, mais é acrescentado sinteticamente ao meu conceito (que é uma determinação do meu estado) sem que mediante esse ser fora do meu conceito os próprios cem táleres pensado sejam aumentados um pouco sequer (KANT, 1983, p.300).

O argumento em pauta pretende tirar a existência da essência, isto é, seria impossível pensar em um ser categoricamente necessário, sem concebê-lo como existente. Porém, não se pode extrair a existência real de uma ideia, pois a existência dos objetos nos é dada pela experiência. Sobre a existência real dos objetos do pensamento puro, Kant (1983) afirma que não existe meio algum de se conhecer a existência dos objetos do pensamento puro, pois a nossa consciência de toda existência pertence total e inteiramente à unidade da experiência. Porém, uma existência fora desse campo não pode absolutamente ser declarada impossível, mas é uma conjectura que não podemos justificar mediante alguma coisa.

Desse modo, demonstra-se que o argumento ontológico perde sua legitimidade devido ao fato de que seria impossível provar sua validade. Como já falara Kant na Analítica Transcendental: *“Pensamentos sem conteúdo são vazios”* (KANT, 1983, p. 57) ou *“pensar um objeto e conhecer um objeto não é, portanto, a mesma coisa”* (KANT, 1983, p. 90).

O segundo argumento, a prova cosmológica da existência de Deus, parte do pressuposto que Deus é a Causa do que existe: *“se algo existe, também tem que existir um ente absolutamente necessário. Ora, pelo menos eu existo. Logo, existe um ente absolutamente necessário”* (KANT, 1983, p. 302).

Para Kant esse argumento oculta um enxame de presunções dialéticas que podem facilmente ser descobertas e destruídas. Primeiramente esse pressuposto consiste num erro, pois parte de uma contingência para uma necessidade: *“o princípio transcendental de inferir do contingente a uma causa, que possui significação apenas no mundo sensível e fora do qual não tem sentido algum”* (KANT, 1983, p. 304).

Kant discorre sobre as outras presunções desse argumento:

[...] O Princípio de, a partir da impossibilidade de uma série infinita de causas dadas como sobrepostas uma à outra no mundo dos sentidos, inferir uma causa primeira, para o que não nos autorizam os princípios do próprio uso da razão na experiência e muito menos podem estender tal princípio acima desta. (...) A falsa autossatisfação da razão com respeito à completude dessa série pelo fato de se eliminar toda a condição, sem a qual, todavia, não pode haver conceito algum de necessidade; e visto que em tal caso não se pode compreender mais nada, toma-se isso por um pleno acabamento do conceito”. (...) Confundir a possibilidade lógica de um conceito de toda realidade reunida com sua possibilidade transcendental, que necessita de um princípio de factibilidade de uma tal síntese, o qual por sua vez só pode se referir ao campo de experiências possíveis, e assim por diante (KANT, 1983, p. 304 - 305).

O terceiro e último argumento é a prova físico-teológica da existência de Deus, também chamada de Teleológica. Sua formulação parte da constatação da ordem e harmonia nas coisas do mundo e do universo, porém sua causa não está em si mesmo. Existiria um arquiteto ordenador.

Porém, Kant observa que “*a experiência das coisas do mundo presente, sua natureza e sua ordem, não fornece um argumento que possa auxiliar-nos seguramente na convicção a respeito da existência de ente supremo*” (KANT, 1983, p. 309).

Segundo Kant, essa prova passa a ter o mesmo fundamento da prova cosmológica, ele seria uma prova cosmológica disfarçada.

[...] a prova físico-teológica, estacionou em seu empreendimento, nesse embaraço saltou de repente para a prova cosmológica e assim, visto que esta é só uma prova ontológica camuflada, realizou efetivamente o seu objetivo meramente através da razão pura, se bem que se tenha inicialmente negado toda a afinidade com esta e tenha exposto tudo com base em provas óbvias a partir da experiência (KANT, 1983, p. 313).

A crítica kantiana à Teologia Racional seja da prova ontológica, da prova cosmológica ou da prova físico-teológica se concentra em torno do argumento ontológico da existência de Deus. Com já foi dito, tal argumento deduz analiticamente a existência de Deus a partir do conceito de ser perfeito. O mesmo busca retirar a existência de Deus de um conceito lógico, porém, não é possível extrair a existência real de Deus de uma proposição analítica, totalmente racional, pois a existência é dada pela experiência, pertence ao domínio do sensível e o sensível não nos fornece nenhuma intuição desta natureza.

O argumento ontológico, além de ser o fundamento da prova ontológica, também constitui a base das provas cosmológica e físico-teológica. Tal prova demonstra a existência de Deus partindo da contingência do mundo, isto é, busca estabelecer o necessário a partir de uma existência qualquer, apoiada no princípio segundo o qual tudo possui uma causa. Porém,

a aplicação da causalidade só possui validade no mundo da experiência e a prova cosmológica busca aplicar tal princípio para além do sensível.

Já a prova físico-teológica explica a existência de Deus como ordenadora do mundo. Essa prova, semelhante à anterior, também parte da experiência para explicar a necessidade e não é possível estabelecer a existência de Deus de um ponto de partida empírico. Desse modo tais argumentos se mostram inconsistentes, pois utilizam como alicerce a prova ontológica e esta prova se mostra falha por inferir a existência de Deus a partir de um conceito lógico e não da experiência concreta.

Após a análise da Teologia Racional Kant conclui que os argumentos sobre a existência de Deus não possuem legitimidade. É preciso ressaltar, porém, que essa atitude “destruidora” não configura um ato de negação de Deus. Ela apenas aponta para os limites do conhecimento humano, que só pode chegar a conhecer os fenômenos, isto é, ao que está nos domínios do sensível.

Apesar deste estudo ter por objetivo a questão sobre a existência de Deus na filosofia especulativa, não é possível omitir o fato de que no pensamento kantiano o que não é atingido na razão teórica, ganha uma via de acesso na razão prática, via postulado da existência de Deus. Assim, na obra *Crítica da Razão Prática* Kant recupera as verdades da razão que a *Crítica* especulativa colocara em dúvida, por meio dos postulados da razão prática. Os postulados da razão prática constituem as condições que tornam possíveis a moralidade, abrangendo a liberdade, a imortalidade e a existência de Deus (KANT, 2003).

De acordo com Pascal (2001), o problema central dos postulados da razão prática é o bem supremo, definido como o acordo entre virtude e felicidade. Para que o conceito de bem supremo possa se realizar plenamente, é preciso algumas condições que não são possíveis de demonstrar por meio da razão especulativa, mas que a razão prática exige.

O primeiro postulado assegura a liberdade como condição para a existência do mundo moral, pois o homem para realizar o bem supremo deve ser livre. É importante ressaltar que a ideia de liberdade constitui o pressuposto fundamental da moralidade, por meio da qual é possível fazer a transição da razão teórica para a razão pura prática. Isto se dá pelo fato de que a mesma se mostra como não contraditória tanto para a razão especulativa como para a prática, pois poderá ser pensada sem contradizer as leis naturais.

O segundo postulado, sobre a imortalidade, afirma que sem o prolongamento da vida humana para além da morte não seria possível a realização da virtude mediante o progresso ao infinito, assim, o ser humano nunca se tornaria digno de felicidade.

O postulado sobre a existência de Deus trata da virtude que é considerada um bem supremo. Porém, a virtude não é o bem em sua completude, pois necessita de outro elemento que é a felicidade. Para Kant, somente Deus poderia assegurar ao ser humano uma felicidade adequada à sua moralidade. Desse modo, a existência de Deus constituiria uma condição da possibilidade do bem supremo.

Segundo Kant (2003), a lei moral não é propriamente uma doutrina que nos ensina como nos tornarmos felizes, apenas indica como devemos nos tornar dignos de felicidade. Somente quando a religião é acrescentada, é que surge a esperança de um dia participarmos da felicidade enquanto dignos dela. Essa lei obriga o homem a ser virtuoso. Entretanto, tal fato não o torna digno de se feliz. Desse modo, seria válido postular a existência de um Deus que garanta uma felicidade relativa ao mérito moral, mesmo que a mesma não se concretize neste mundo. Em outras palavras, a existência de Deus é a condição para a concretização do bem supremo, isto é, a união de virtude e felicidade.

Do ponto de vista da filosofia do conhecimento esses postulados são hipotéticos. Os mesmos não estabelecem conhecimentos para além da experiência, constituem-se em objetos de crença ou de fé.

Considerações finais

Descartes e Kant possuem pontos de vista distintos em relação a possibilidade de se provar a existência de Deus. Descartes reabilita a metafísica clássica, demonstrando que seus temas de estudo, entre eles a existência de Deus, são possíveis de serem conhecidos e provados racionalmente.

A existência de Deus na perspectiva cartesiana pode ser evidenciada racionalmente por meio da ideia de perfeição. Descartes atesta que Deus é uma substância infinita e que tal prova fundamenta a possibilidade de um conhecimento verdadeiro, pois é Deus quem põe na mente do homem as ideias, e pelo fato delas virem de Deus, que é perfeito, o ser humano pode ter inteira confiança no seu conhecimento.

Kant, por sua vez, delimita as pretensões da metafísica. A existência de Deus para este filósofo não consiste numa questão de conhecimento, mas sim em um problema metafísico e os temas metafísicos ultrapassam a capacidade humana de conhecer. A Teoria do Conhecimento kantiana consiste num estudo das condições universais e necessárias do

conhecimento, porém é na ética que a existência de Deus é postulada como condição para a possibilidade e para a realização do sumo Bem.

Avalia-se que este escrito possa contribuir para uma maior compreensão sobre questões presentes na história da filosofia ocidental, especialmente ao que se refere à Teoria do Conhecimento. Além disso, o mesmo pode ser entendido ainda como uma forma de conhecer e se aprofundar nas ideias de autores clássicos da filosofia como Descartes e Kant, proporcionar a construção de novos saberes e promover o pensamento crítico.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DESCARTES, R. **Discurso Sobre o Método**. Abril Cultural, 2000 (Os Pensadores).

DESCARTES, R., **Meditações**. Abril Cultural, 2004 (Os Pensadores).

GIANFADONI, M. H. T A., MICHELETTO, N. As possibilidades da razão: Immanuel Kant. IN: ANDERY, M. A. P. A., et. Al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 4. Ed., Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. Tradução de Rodolfo Schaefer. São Paulo: Martin Claret, 2003.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de Alexandre F. Morujão. 3. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Goubenkian, 2001.

PASCAL, Georges. **O pensamento de Kant**. 7. Ed., Petrópolis: Vozes, 2001

PEREIRA, M. A. M. ; GIOLA, S. C. Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. In: ANDERY, M. A. P. A., et. Al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 4. Ed., Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

Recebido em: 19 fev. 2018.

Aceito em: 18 jun. 2018.

Daniel Richardson de Carvalho Sena

Possui graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (2003), graduação em Licenciatura Plena de Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (2009) e mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2014). Atualmente é docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Atua na área de Filosofia.



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).